



GT 003. A luta pelo espaço nos centros urbanos contemporâneos

Urpi Montoya Uriarte (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a, Cornelia Eckert (UFRGS) - (Coordenador/a), Cristina Patriota de Moura (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Luísa Maria Silva Dantas (PPGAS/UFRGS) - Debatedor/a, Ana Luíza Carvalho da Rocha (Universidade Feevale/RS) - Debatedor/a

Nos centros urbanos convivem uma grande quantidade de espaços vazios desocupados e pessoas morando nas ruas, prédios abandonados e cortiços superlotados, edifícios restaurados e ruínas urbanas, imóveis ocupados por refugiados de todos os tipos, territórios de legalidades e ilegalidades. Neste espaço de múltiplas contradições e conflitos se livram, na atualidade, de forma aberta ou difusa, uma luta violenta e desigual pelo espaço, protagonizada por racionalidades opostas e lógicas complexas, formas distintas de entender a ordem, de habitar e de circular, de lembrar, de usar ou contra-usar. Projetos de reabilitação, revitalização, gentrificação, empreendedorismo e ordenamento urbano intervêm no espaço público usado por milhares de pessoas para sobreviver e nos prédios habitados por aqueles outros tantos que mal conseguem sobreviver. O capital destrói, constrói ou reconstrói ali onde lhe é conveniente enquanto os habitantes e usuários do centro se refugiam em espaços opacos, nas dobras dos espaços abstratos, construindo e reconstruindo suas formas de habitar os lugares centrais. O objetivo deste grupo de trabalho é congregar os diversos tipos de abordagens etnográficas que revelem e discutam a complexidade e os antagonismos que se defrontam nos centros urbanos contemporâneos, a "guerra de lugares" que se processa nele e as formas de entender o que é o centro e como habitá-lo.

Habitar as ruas e os modos de fazer política no cotidiano

Autoria: Ana Carolina Amorim da Paz

O presente work compreende um breve esforço em identificar e compreender práticas políticas desenvolvidas por pessoas que habitam as ruas na tentativa de acessar e garantir direitos em situação de grande vulnerabilidade social, econômica, emocional e de saúde. Trata-se de uma tentativa de apontar alguns aspectos de como esses corpos experimentam, compreendem e exercem a política no cotidiano, em suas relações próximas e rotineiras de sociabilidade, procurando explorar a dimensão simbólica dos direitos, os modos de acessá-los, as concepções e dilemas acerca do usufruto do espaço urbano e a maneira pela qual as relações de conflito e poder emergem, adquirem significados e como esses sentidos orientam suas ações no cotidiano da cidade. Para tanto, utilizo como dados empíricos anotações de caderno de campo desenvolvidas durante pesquisa de mestrado, entre 2014 e 2016, no centro da cidade de Cabedelo/PB, agora analisados na perspectiva da pesquisa de doutorado em antropologia na PPGA/UFBA. Acredito que ao voltar à atenção para o cotidiano de parte dessas vivências podemos ter acesso não só a pluralidade das práticas e interações, mas também os sentidos e particularidades que a política pode assumir em tal ambiente, desvelando representações, corporalidades e modos de agir através das quais essas pessoas criam e reivindicam seu lugar nas relações locais. Sendo assim, sigo as indicações de Machado Pais (2003, p.29), do cotidiano como uma "rota de conhecimento" para traçar um diálogo com a chamada Antropologia do direito, da cidade e urbana, além das teorias já consolidadas sobre a temática das pessoas em situação de rua (PSR). Trago como aporte teórico autores como Agier (2015), Trindade (2012), De Lima (2009), Oliveira (2010), Foucault (1996; 2013), entre outros. A partir desse diálogo, podemos observar como esses corpos que habitam as ruas lidam com a dimensão normativa e suas formas institucionalizadas, lançam mão da inventividade em suas existências e exploram a potência do habitar nas ruas, alcançando, mesmo que de forma insuficiente,



circunstancial e marginalizada, o direito à centralidade, entre outros. Com isso, podemos suspeitar se certas práticas desenvolvidas nessas condições de vida podem ser entendidas como práticas políticas de fazer acessar um direito à cidade.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

